

Goiânia, anos de 1960: construções de sentidos de tempo e lugar

Goiania, years of 1960: constructions of senses of time and place

Wilton de Araujo Medeiros

UFG

wilton_68@hotmail.com

Resumo: Construções simbólicas deram novos sentidos de tempo e lugar para a capital do Estado de Goiás, inaugurada em 1942, diversas ao que se instituiu originalmente em seu plano urbanístico. Analisando as complexas alterações ocorridas na relação urbanismo/urbanização no decorrer dos anos de 1950, podemos observar que, a década de 1960 tornou-se tributária de locais “carências de orientação”. Em vista disso, a municipalidade procurou resolver os problemas urbanos de tal maneira que também pudessem construir sentidos de tempo e lugar. Palavras-chave: urbanismo, urbanização, monumentos.

Abstract: Symbolic constructions had given new senses of time and place to the new capital of the State of Goias, inaugurated in 1942, diverse what it was instituted originally in its urban plan. Analyzing the complex changes in urbanization/urbanism relationship over the years of 1950, we can observe that the Decade of 1960 became tributary of locations "lack of orientation". In view of this, the Municipality sought to solve urban problems in such a way that could build senses of time and place.

Keywords: urbanism, urbanization, monuments.

Breves considerações sobre a dimensão simbólica do Plano de Atílio e suas alterações

Atílio Correia Lima foi contratado em 1933 pelo interventor Pedro Ludovico para fazer o plano urbanístico da nova capital de Goiás, e, também acompanhar a construção dos primeiros edifícios e aberturas de primeiras ruas e avenidas. Analisando comparativamente os elementos urbanísticos delineados em contrato, e os que foram apresentados ao interventor, é possível observar que o arquiteto e urbanista formado na IUP desenvolve muitos outros elementos, para além do que lhe fora solicitado. Com isso, Atílio contribui com uma concepção urbanística densa em diversos níveis, dentre eles o simbólico.

Um dos fatores mais estudados na história do urbanismo no Brasil Central são as alterações feitas pelos engenheiros Abelardo e Gerônimo Coimbra Bueno, ocorridas entre 1935 e 1938 no Plano de Atílio. As alterações espaciais mais drásticas efetuadas pelos engenheiros, dentre diversas outras importantes, são a indicação de interligação entre Goiânia e Campinas – por meio da Avenida Getulio Vargas – e a implantação do Setor Sul. Já no nível simbólico, as intervenções mais significativas são a inclusão do monumento a Bartolomeu Bueno da Silva e a substituição do Monumento ao Estado e às Bandeiras por um obelisco.

Interessante observar que, de qualquer modo, essas intervenções dos Bueno giravam em torno da realocação espacial e do modo como seria feita a homenagem aos bandeirantes. A íntima relação entre a fundação do Estado e o movimento das bandeiras vinha se configurando como um movimento de importante consolidação da memória nacional desde o final do século dezenove (BREFE, 2005). Então, Atílio Correia Lima plasma essa homenagem às bandeiras em seu plano urbanístico, ao situar no centro da praça mais importante da cidade o Monumento ao Estado e às Bandeiras¹. Sendo retirado o monumento do centro da praça e colocado em seu lugar um obelisco, foi providenciado um monumento a Bartolomeu Bueno da Silva, permanecendo, portanto a homenagem às bandeiras.

No projeto dos Bueno, e possível observar que o monumento a Bartolomeu Bueno da Silva deveria ser localizado na Avenida Getulio Vargas, como um grande portal de acesso ao parque e zoológico situado entre Goiânia e Campinas. Com isso, os Bueno ampliam a área onde deveria ocorrer as manifestações cívicas, tornando-a espacialmente excêntrica e valorizando a interligação entre Goiânia e Campinas – haja vista que os espaços cívicos foram originalmente destinados por Atílio à principal praça da cidade² à sua avenida central, como um eixo de configuração barroca.

É possível que, ampliando e diversificando os espaços de manifestações cívicas, os Bueno quisessem reforçar a idéia inicial da capital como “espaço cívico”, constituído por três aspectos principais: a perspectiva monumental aferida pela figuração barroca³;

¹ Conforme trecho do Plano de Atílio: “a mais importante [praça] é a do centro administrativo; (...) conterà no seu centro de simetria, um grande monumento, comemorativo da fundação do Estado, e das grandes bandeiras” (IBGE, 1942, p.104).

² Conforme trecho do Plano de Atílio: “a que denominamos praça Couto de Magalhães não tem finalidade para satisfazer exclusivamente ao tráfego, mas principalmente para demonstrações cívicas”.

³ Conforme trecho do Plano de Atílio: “monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado; (...) sua estrutura urbana deve ser ampla, refletindo uma certa nobreza de linhas, quer no seu traçado, quer na sua edificação” (IBGE, 1942, p. 96).

superdimensionamento da avenida central que favoreceria manifestações cívicas⁴ e praça para manifestações cívicas. O obelisco foi construído em 1935, já o monumento aos bandeirantes permaneceu como projeto até 1942, ano em que foi fundido, assentado e inaugurado. Porém, o monumento foi situado, como ainda está até hoje, na chamada Praça Atílio Correia Lima, ou seja, no cruzamento entre as duas principais avenidas da capital, a avenida Goiás e a avenida Anhanguera⁵.

Como se verá no texto a seguir, no decorrer do processo de urbanização, os problemas urbanos deram à Goiânia um caráter de hiato urbanístico. Conseqüentemente, a municipalidade procurou suprir as carências de orientação com ações politicamente simbólicas, dentre as quais incluiu também o repertório simbólico fundante da cidade: o monumento aos bandeirantes.

“Carências de orientação” no período de Helio de Britto

No decorrer dos anos de 1950, ocorreu em Goiânia o fenômeno que denomino de “máxima urbanização e mínimo urbanismo”. Foi uma década em que ocorreu um hiato de soluções urbanísticas, se compararmos com a densidade incorporada no Plano de Atílio e, até mesmo nas alterações promovidas pelos engenheiros Coimbra Bueno, as quais deram forma à cidade até o final dos anos de 1940. A década de 50 em Goiânia foi muito voltada para o evento da construção de Brasília. Ocorreu um longo período de ênfase nas políticas para a região do Brasil Central como um todo. Nesse período, o intenso processo de loteamento da área urbana e rural de Goiânia não foi acompanhado pelas soluções urbanísticas à altura das que a cidade obteve quando de sua concepção e construção inicial.

Marcada pelas soluções em solilóquio de Ewald Janssen (MEDEIROS, 2010), as soluções urbanísticas são insuficientes para os montantes de problemas que surgem. Sobretudo porque os problemas inerentes ao crescimento urbano despontarão como carências de articulações do municipalismo em seus próprios termos. Então, desde os anos de 1950 que municipalidade e municipalismo passam a ser noções recorrentemente verificadas, em

⁴ Conforme trecho do Plano de Atílio: “Pela sua largura excepcional e pelo seu aspecto luxuoso, prestar-se-á para as demonstrações e festas cívicas” (IBGE, 1942, p. 101).

⁵ O arquiteto e urbanista Atílio Correia Lima recebeu duas homenagens em 1942, ano em que a nova capital do Estado de Goiás foi inaugurada. Foi homenageado no Palácio de Governo (Palácio das Esmeraldas) durante os festejos comemorativos de inauguração, e ao entroncamento entre a Avenida Goiás e a avenida Anhanguera denominou-se Praça Atílio Correia Lima.

concomitância com a identidade de cidade-capital. Na busca pela transfiguração da forma própria da cidade, a Prefeitura de Goiânia passará a assumir uma centralidade que até então lhe era impossível ter, por causa da submissão que tinha ao Governo do Estado.

Essa “carência de orientação” da cidade em seus próprios termos é, para o historiador hoje, interpretado como “necessidade de uma reflexão específica sobre o passado” – como diz Rügen (2001, p. 31). Em nosso caso em tela, trata-se de movimentos que lhes são internos, não externos. Tais movimentos falarão de uma cidade que precisou renascer ou vir à existência pelo viés do “cuidar de si”, reconfigurando-se, reconstituindo-se como identidade interna (MEDEIROS, 2010, p. 195). O movimento municipalista brasileiro contribuiu para que a municipalidade de Goiânia aspirasse a um futuro como as outras capitais em forte processo de metropolização, às portas dos anos de 1960.

Então, no decorrer dos anos de 1960 foi preciso que os prefeitos instituíssem um discurso cujo sentido de urgência visava preservar a cidade da dispersão, da perda progressiva de organização e, por fim, o desaparecimento (morte) do patrimônio público municipal. E ao cabo, a constituição de sua identidade ou peculiaridade.

Conforme Hélio de Britto, durante o período em que foi prefeito de Goiânia (de 1961 a 1966), a situação da municipalidade era “calamitosa”. Para que se tenha uma idéia, os cemitérios estavam saturados, o mercado central estava em ruínas e a prefeitura não tinha sede própria. Boa parte de seu livro *Histórico de uma administração municipal* é dedicada ao episódio da construção de um novo cemitério para a cidade, com o dinheiro que seria destinado à compra de um carro para o Prefeito. Portanto, ainda que estivesse em busca de identificar os problemas da municipalidade, e, de solucioná-los enquanto municipalidade e não como capital, o livro de Britto revela que adentrando os anos de 1960 a cidade continuava com as suas “carências de orientação”. Isso está claramente expresso na relação que se constituiu entre governo do Município e governo do Estado, a que Britto chamou de “verdadeira anomalia”:

Uma verdadeira anomalia tem persistido até hoje, no que diz respeito ao Município de Goiânia. Cidade construída pelo Governo do Estado, Goiânia tem vivido, durante toda a sua existência, sob a paternal proteção estadual, e assim tem sido o Estado que se preocupa com a solução de problemas de âmbito restritamente municipal, restando à Prefeitura o papel de mero agente arrecadador e de pagador de funcionários (GOIÂNIA, 1962, p. 3).

Esse papel secundário da municipalidade em relação ao Governo do Estado, segundo Britto, explica-se pelo desenvolvimento que então transcorria no Estado de Goiás como um todo. Com o aumento populacional e atenção que o Governo tinha que dar aos outros municípios, aumentava, também, a deficiência em resolver os problemas específicos de Goiânia. Ambas as partes estariam saindo prejudicadas. Tanto os cidadãos que residiam no município de Goiânia quanto os 2.000.000 de cidadãos radicados em outros municípios que formavam o Estado como um todo.

Com isto, os problemas peculiares a Goiânia se avolumam e se multiplicam, à medida que cresce a população de uma cidade que, como é notório, tem um dos maiores índices populacionais no Brasil (índice de crescimento anual da população) (GOIÂNIA, 1962, p. 3).

A somatória dessas peculiaridades de Goiânia prenuncia uma espécie de perda da *arché*, que vai impor novo estado de coisas no relacionamento entre a Prefeitura Municipal de Goiânia e o Governo de Goiás. Portanto, durante o período em que Helio de Britto permaneceu como prefeito de Goiânia, ocorre um descentramento da Prefeitura em relação ao Governo do Estado, homólogo às transformações que ocorriam na cidade de um modo geral⁶. À página 15 de seu livro, Britto mostra uma “vista aérea”, na qual pode-se ver que a cidade se verticalizava, uma “cidade nova” se impunha sobre a cidade arcaica. Contudo, observe-se que o que Britto estava colocando em pauta era constituição da liderança da Prefeitura nesse aspecto do processo de urbanização, o qual, como se viu anteriormente, há tempos distanciado da urbanística, tratada com zelo pelo Estado no início da construção da cidade.

Também, não é mera coincidência que o prefeito estivesse se esforçando para erigir um edifício de múltiplos pavimentos para a Prefeitura (BRITTO, *op. Cit.*, p. 32-33; SABINO JUNIOR, 1960, p. 179). Diante dos descalabros de “esvaziamento de sentidos” que a Prefeitura vinha passando, é justo supor, por meio da edificação verticalizada, uma tentativa de sublimação das pulsões de destruição por meio dessa demonstração inequívoca de poder.

Ao que parece, a construção de uma “carência de orientação” empreendida por Britto em todo o livro encontra, no viés do trato dado aos “invasores”, o seu modo de sublimação. Desse modo, as pulsões de destruição da cidade estariam sendo desviadas, elevadas,

⁶ Quando falo em “perda da *Arché*” faço uma alusão à análise de Carlos Brandão (2001, p. 220; 226) sobre o desenvolvimento da modernidade que, em seu curso, em determinado momento, quando o homem rompe com o cosmo, ele rompe, também, com todo o sistema externo e opta por um descentramento permanente: “não há modelos ou sistemas a seguir, mas a própria arquitetura se erige como modelo que se impõe à sociedade; torna-se totalidade suficiente, matriz de si”.

enobrecidas, espiritualizadas ou, numa palavra, sublimadas. O auge dessa “lição de civilidade” alcançada pela depuração da desorientação generalizada é mostrada por Britto a partir do modos “cristãos” da prefeitura *versus* o modo “pagão” do Governo do Estado no trato com a metropolização de Goiânia: “Goiânia é uma metrópole nova, que cresce em ritmo vertiginoso. Diariamente, inúmeras famílias chegam à Capital de Goiás, esperançosas de alcançar aqui melhores dias”. Britto procura suprir as carências de orientação caracterizando os gastos do Estado como orgiásticos e luxuriantes, em contraposição aos traços ascéticos da municipalidade:

Foi assim que, a 24 de outubro de 1964, aniversário de Goiânia, o Município dava sua contribuição, a seu modo, às festividades da data magna da metrópole goianiense: enquanto o povo era anestesiado com a beleza e esplendor dos festejos pelo Estado preparados, enquanto a população era entretida por algumas horas apenas à custa de orgia de gastos e luxo, outro acontecimento muito mais modesto, porém mil vezes mais significativo, ocorria. A prefeitura de Goiânia inaugurava naquele dia sua indústria de artefato, de cimento e concreto armado” (IBID, p. 192-194).

Essa caracterização da municipalidade contraposta ao Governo do Estado mostra que os atores envolvidos estavam preocupados em dar sentidos de tempo e lugar próprios a Goiânia. Após o término do mandato de Hélio de Britto, em 1966 Íris Rezende assume a o cargo de prefeito.

A partir da análise do livreto *Goiânia em Ritmo de mutirão: a cidade que mais cresce no Brasil!* publicado por Rezende em 1966, procuro analisar de que modo é construído um tempo peculiar para a cidade, o que chamo de “tempo mutirão”.

No “tempo mutirão”

Importante perceber que Rezende procura caracterizar, desde o início de seu mandato, uma cidade que despertou para a festa da coletividade, em detrimento ou em oposição à cidade administrada por Hélio de Britto, muito marcada por embates entre Prefeitura e Governo do Estado, pela busca de sublimação das pulsões mórbidas dos problemas (individuais) urbanos.

Tendo demarcado o 24 de outubro e o 25 de dezembro como datas nas quais inauguraria duas obras importantes e, dentre as quais realizaria inúmeros “mutirões” por toda a cidade, Rezende mostra, desde o início do livreto, que os seus interlocutores estavam muito

além da coletividade formada pelos populares que o elegeram. Compondo um governo populista, importante perceber que Rezende não valorizará a parte como representação do todo, como fazia Hélio de Britto, que concentrava todos os esforços em um projeto de cada vez como, por exemplo, quando construiu o Cemitério Parque de Goiânia, ou quando projetou o Paço Municipal – ou quando removeu os “invasores” de áreas públicas.

Conclamando a população para participar do “espírito de solidariedade” que imantava as datas festivas, a articulação dos elementos “festa” + “geração de jovens” + “interior do Estado” procurará, em nove meses, dar a Goiânia como um todo um “aspecto novo”. Rezende teria conseguido a adesão da população para dar um novo aspecto à cidade em nove meses por ter ressaltado as características “reais” dos habitantes de Goiânia, conclamando-os para serem auxiliares e colaboradores na constituição da terra e da metrópole que era de “todos”:

No momento em que Goiânia é festejada pelos seus filhos, completa mais um ano de trabalho e de progresso, queremos levar ao povo de nossa terra, o reconhecimento da Prefeitura Municipal pela colaboração, arrojo e dinamismo (...); não passe à História sem uma demonstração inequívoca de que os jovens confiam no seu futuro e possuem inesgotável capacidade de trabalho e amor à terra” (...); todos irmanados na solução dos problemas de nossa metrópole (GOIÂNIA, 1966, p. 3; 6).

Então, Rezende vai promover uma retirada de cena daquele “presentismo” e emergencialismo esvaziado de sentido no qual estava submersa a cidade desde os anos de 1950, instaurando um novo sentido de tempo, o “tempo mutirão”. Esse tempo, demarcado pelas festividades, restabelece o sentido de continuidade histórica e de certa teleologia cidadina. Como se vê na citação acima, o discurso de Rezende é dirigido não ao anódino “goianiense”, mas sim aos “filhos de Goiânia” – que festejam a cidade.

Para Cox (1974), as festas propiciam a continuidade da vida de modo explosivo, lúdico e alegre; a negação de situações de opressão, a perpetuação do “povo da terra” e seus interesses. Porém, com esse “povo da terra”, Cox não quer se referir exclusivamente ao homem do campo, mas sim a uma fé dionisíaca e festiva, um “celebrar na carne” que ocorre devido à “expectação histórica”, pois, “se não tivéssemos nem passado nem futuro para celebrar, vítimas seríamos dum presente a-temporal e anistórico” (p. 35; 51; 58). Com isso, interessa-nos perceber que, estabelecendo uma ordem temporal, Rezende criou uma estratégia para dar aspecto novo à cidade como um todo. Como esse “todo” parecia inatingível com os

elementos da cultura urbana, inspirou-se na vida no campo onde a festa marca momentos de profundas relações sociais.

Desse modo, o momento em que Goiânia “é festejada” é também o momento em que Rezende demarca o seu “tempo mutirão” que é, como se pode ver, um tempo de “colheitas”, ou seja, de ultrapassar os liames do projeto e ir para além, – onde cintilam os resultados. Como os resultados são transmutados em produtos urbanos, os produtos da terra passam a ser o encascalhamento das ruas, a limpeza do lixo, o cuidado com os jardins. Então, como se vê, a instauração de uma cidade em “tempo mutirão”, sob a ótica do político era, desde a campanha, muito mais uma estratégia de realização, de contabilização de resultados, ou de “colheita”, propriamente na categoria do homem da terra.

Além dos mutirões para encascalhamento de ruas, limpeza do lixo e cuidado com jardins, ocorridos entre as datas festivas assinaladas acima, outro elemento de mobilização foi realizado pelo Departamento de Turismo da Prefeitura. Um símbolo destinado ao 33º aniversário de Goiânia, do qual se sagrou vencedor o desenhista Eddie Esteves Pereira. O símbolo vencedor aparece estampado na parte superior da capa do livreto e em tamanho maior na contracapa. Conforme registra à página 24, o trabalho foi intitulado “Pira”, baseado no episódio entre “O Anhanguera” e os índios goianos. Como o símbolo deveria ser comemorativo aos 33 anos de Goiânia, as labaredas da “Pira” formam o número “33” (ver Figura 01).

É importante salientar que o referido concurso para a marca comemorativa serviu igualmente como estímulo para a adesão da população em torno das festividades empreendidas pela Prefeitura de Goiânia em seu 33º aniversário. Porém, é importante salientar, também, que o Monumento ao Bandeirante é reproduzido no livreto com grande destaque. Na capa, a figura é sobreposta à imagem da metrópole em processo de verticalização. Essa colagem da capa vai dialogar com o texto *O homem que podia incendiar rios*, à página 17.



Figura 01 - Fonte: GOIÂNIA, 1966, capa (Museu Zoroastro Artiaga).



Figura 02 - Fonte: GOIÂNIA, 1966, p. 19 (Museu Zoroastro Artiaga).

A figura 02 mostra, à página 19 de *Goiânia em ritmo de mutirão: a cidade que mais cresce no Brasil*, o destaque do Monumento ao Bandeirante, no centro da imagem dos prédios em torno da praça Atílio Correia Lima. Nesse caso, trata-se de uma figura indiciária mostrando a cidade em processo de verticalização.

A apropriação da figura de Bartolomeu Bueno da Silva remete, portanto a duplo aspecto temporal: âncora de memória e horizonte de expectativas. Ao mesmo tempo em que remete à memória de uma cidade urbanisticamente harmônica – cuja densidade simbólica é referente da memória da nação – remete também ao futuro alvissareiro representado pelo processo de verticalização que indicava incipiente metropolização aos moldes dos anos de 1960.

Colada sobre a imagem da cidade em verticalização, na capa do livreto, o Bandeirante⁷ configura os olhos do passado, capazes de presentificar uma ausência, ver o que não se impõe à visão, o tempo. Ao mesmo tempo em que liberta a memória, também a aprisiona ao indicar o que deve ser lembrado. Sobre o espaço construído, especialmente o da cidade em verticalização, a figura “colada” sobrepõe uma passagem do tempo. Nesse sentido, sobre uma determinada representação da materialidade (vertical) da cidade, é colado um simbolismo que lhe dá o sentido do tempo. Ao que parece, a valorização da figura do Anhanguera e o destaque que se dá a ela no livreto tem a ver, também por meio de simbolismos, com um resgate da dimensão dos sonhos e ideais de nação, tão fortemente impressos no início da construção de Goiânia.

Seja como âncora de memória, seja como horizonte de expectativas, a figura do Monumento ao Bandeirante é reapropriada por Rezende, visando a instauração de um tempo específico da cidade que, por isso mesmo, passaria a ter um “novo aspecto”. Rezende valorizou o quanto pôde os símbolos criados pelo Governo do Estado. Sobretudo o dia 24 de outubro como celebração do mito de origem da cidade e o símbolo do Bandeirante como o mito de fundação da marcha para o Oeste. Registrarei, aqui, mais um esforço, dentre os vários pelos quais Rezende procurou dar densidade simbólica espaço-temporal para Goiânia. Estou me referindo ao “Monumento a Goiânia”, erigido na Praça Cívica e inaugurado no dia 05 de julho de 1967.

⁷ A estátua foi doada por estudantes da USP em 1940, provavelmente com a intermediação de Jerônimo Coimbra Bueno. Está ainda hoje no mesmo lugar onde foi afixada, no cruzamento da Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás, na Praça Atílio Correia Lima.

É interessante observar que o “Monumento a Goiânia” foi colocado no centro geométrico da praça cívica e dos raios de onde partem as Avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins. Nesse ponto, conforme o projeto de Atilio Correia Lima deveria ser colocado um monumento ao Bandeirante. Posteriormente, com as mudanças empreendidas pelos engenheiros Coimbra Bueno, no ponto central da Praça Cívica, foi erguido um obelisco sem referência ao Bandeirante ; a localização do monumento ao bandeirante foi então redefinida para a Avenida anhanguera e, posteriormente, para o lugar onde foi finalmente erguido, no encontro da Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás, conforme mostrado na Figura 02, e dito anteriormente.

O monumento ao Bandeirante foi freqüentemente utilizado para dar densidade temporal ao discurso de Íris Rezende no início de seu mandato como Prefeito. Porém, o que se observa é que, no decorrer de sua administração, Rezende vai investir na configuração de símbolos próprios de Goiânia, sobretudo aqueles que deixariam para a posteridade as marcas de sua concepção de um “tempo mutirão” próprio, peculiar, constitutivo da identidade local. Exemplo disso, é o parque de diversões que batizou de Parque Mutirama. Contudo, finalizarei esse texto focalizando o “monumento a Goiânia” porque esse monumento tornou-se, com o tempo, um dos principais ícones na imagética da cidade.

Aparentemente, a locação do *Monumento a Goiânia* foi uma simples retirada do Obelisco que demarcava o marco zero da cidade e o centro geométrico da praça. Contudo, ainda há uma questão sobre a escolha do local e a monumentalização de um símbolo que expressasse a idéia de “tempo mutirão” como homenagem aos operários que construíram Goiânia, e que, nos anos de 1960 continuavam a erigi-la. Haja vista que, em 1959, quando Luis Saia começou a trabalhar no novo Plano Diretor de Goiânia⁸, logo houve a indicação de que a Praça do Trabalhador, em frente à Estação Ferroviária, deveria centralizar o espaço a ser ocupado pela administração da Municipalidade. Lá foi erigido o “Monumento ao Trabalhador”. Porém, apesar da iniciativa em homenagear os trabalhadores da construção de Goiânia, a concepção do monumento foi inspirada no dia 1º de maio, o dia do trabalhador.

⁸ Luiz Saia elaborou um novo Plano Diretor para Goiânia entre meados de 1959 e início de 1963. Não se tem registros oficiais desse Plano, porém, em todo esse período, os jornais noticiaram, com relativa freqüência, o andamento dos trabalhos. Contudo, apesar de algumas partes do Plano terem sido aproveitadas pelas autoridades públicas como um todo, à medida que o arquiteto foi expondo o Plano a público, foi sendo rejeitado pelos mais diversos atores e setores, desde os empresários até a Escola de Engenharia e o Clube de Engenharia. Interessante observar que, o referido arquiteto era funcionário do IPHAN, tendo desenvolvido importantes pesquisas na área patrimonial. No aspecto simbólico, seu Plano Diretor deu ênfase à monumentalidade da Estação Ferroviária. Vem dessas observações de Saia a influencia da edificação do Monumento ao Trabalhador, no referido local.

Isso ficou por demais abstrato e distante da noção de construção de Goiânia e, então, os goianienses não apropriaram a obra que chegou inclusive a ser alvo de protestos⁹.

Como na gestão de Hélio de Britto a manutenção do Monumento ao Trabalhador não foi considerado algo emergencial, o monumento ficou abandonado e descuidado. Na gestão de Íris Rezende, quando se quis homenagear Goiânia e também deixar para a posteridade a idéia de “tempo mutirão”, preferiu-se expressar a idéia-força da “unidade de ação” que envolve o mutirão. Em substituição foi erigido o Monumento a Goiânia, no centro da praça cívica. Cabe ressaltar, que o Monumento a Goiânia faz referência à verticalização da cidade que se impunha como paisagem, predominante nos anos de 1960.

Não há registros comprovando que a escultora Neuza Moraes tinha conhecimento que o local onde foi situado o Monumento ao Trabalhador originalmente deveria ser destinado para prestar homenagem aos bandeirantes. Entretanto, coincidência ou não, há enormes semelhanças entre os personagens que compõem o Monumento a Goiânia e o Monumento às Bandeiras, de Vitor Brecheret em São Paulo.



Figura 3: Partes do Monumento à Bandeira
Fonte: Acervo do autor



Figura 4: Monumento a Goiânia
Fonte: Acervo do autor

Como no Monumento às Bandeiras, no Monumento a Goiânia as três raças estão representadas. Os corpos são musculosos, remetendo ao ideal de beleza grego, inclusive pela nudez. Os movimentos devido aos esforços também guardam semelhanças. Assim como no Monumento às Bandeiras os homens sustentam com força o barco das monções, no Monumento a Goiânia os homens fortes e musculosos sustentam um paralelepípedo. Ambas as coisas que sustentam, representam o progresso, a partir do esforço de seus personagens

⁹ Clovis Graziano, autor do painel que compunha o monumento, inspirou-se no enforcamento dos trabalhadores em 1º de maio de 1886, data originária do dia internacional do trabalho.

anônimos – por isso a forte representação de movimento e velocidade materializada nos monumentos.

Posteriormente a edificação do Monumento a Goiânia, houve e ainda há diversos esforços de construção de identidade local construindo-se assim sentidos de tempo e lugar. Porém, a meu ver o Monumento a Goiânia guarda em si um significado muito profundo, na história da cidade. Pois ele configura um ponto de inflexão que tanto pode significar um retorno às dimensões simbólicas propostas por Atílio Correia Lima, quanto pode significar o prosseguimento com as preocupações com uma urbanística que supra as “carências de orientação” oriundas de um processo de urbanização tão acelerado quanto o que se processou em Goiânia nos anos de 1960.

Referências

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. A formação do homem moderno vista através da arquitetura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional. 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp; Museu Paulista, 2005.

BRITTO, Hélio de. Histórico de uma administração. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1966.

COX, Harvey. A festa dos foliões: um ensaio teológico sobre festividade e fantasia. Petrópolis: Vozes, 1974.

GOIÂNIA. Goiânia em ritmo de mutirão: a cidade que mais cresce no Brasil. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1966.

GOIÂNIA. Autonomia do município de Goiânia: mensagem enviada pelo Prefeito Dr. Helio Seixo de Britto ao Governador Mauro Borges. Prefeitura Municipal de Goiânia, 1962.

_____. Goiás, limiar de um novo mundo: panorama e detalhes de uma administração.

GOVERNO DE GOIÁS. Goiânia: Artes Gráficas, 1958.

IBGE. Goiânia: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia. 1942.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar. Goiânia: Edição do autor, 2001.

MEDEIROS, Wilton de Araujo. Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar. Tese em História. UFG. Goiânia, 2010.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

SABINO JUNIOR, Oscar (org.). Goiânia documentada. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1960.